

Comunicação apresentada ao I Encontro “Colóquios da Santa Casa”, Ponta Delgada, 30 de Abril de 2010. Organização: Santa Casa da Misericórdia de Ponta delgada.

Salvaguardar para comunicar:

Arquivo Histórico da Misericórdia de Ponta Delgada

Rute Dias Gregório

Centro de História de Além-Mar,
Universidade dos Açores e Universidade Nova de Lisboa
rute@uac.pt
<http://rutegregorio.wordpress.com>

Sumário: O arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada está em processo de organização. Fruto de acumulação sem controlo nem gestão, o respectivo conjunto documental de conservação permanente encontrava-se disperso, sem acondicionamento nem tratamento adequados, tão-pouco existindo um inventário de livros, maços e outras unidades instalações. O projecto agora em curso pretende intervir ao nível do seu controlo e salvaguarda, com o objectivo de disponibilizar, aos investigadores e outros interessados, o riquíssimo aporte informativo dos registos desta instituição secular.

Palavras-chave: Arquivo histórico; preservação documental; acesso à informação; Misericórdia; Ponta Delgada

O arquivo

O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada nasceu no dia em que o escrivão da Casa redigiu o primeiro documento, tomou a primeira nota, registou a primeira acta ou acórdão da Irmandade, mas também recebeu o primeiro alvará ou carta régios que salvaguardaram benesses ou privilégios para a instituição.

Pelos estudos já realizados, tal terá acontecido em período anterior a 28 de Novembro 1513, data do primeiro documento coevo a referenciá-la. Por ele se sabe que o provedor, oficiais e irmãos da Confraria da Misericórdia da então vila de Ponta

Delgada haviam requerido e obtido¹ o direito de arrecadarem as esmolas das missas que mandavam celebrar semanalmente².

No século XVIII, Pedro Borges do Canto de Medeiros apontou o ano de 1502 para a respectiva fundação³. Até ao presente não se conhece documento que o fundamente e, tanto quanto se pode comprovar, em 1504 Ponta Delgada também não tinha, ainda, hospital.

Sabemo-lo porque Pedro Afonso e Beatriz Rodrigues, em testamento de 06.07.1504, legam o sustento de uma cama aos pobres, na expectativa de em Ponta Delgada se vir a criar uma entidade hospitalar⁴. São estes, pois, (Pedro Afonso e Beatriz Rodrigues, em 1504), os beneméritos mais antigos que podemos associar à instituição.

Não obstante a indicação destes nomes, antes de 1721, Francisco Afonso de Chaves e Melo indicava também, como benemerentes iniciais da confraria da Misericórdia, uns Afonso e Catarina Anes⁵. De facto, consta da documentação mais antiga da Santa Casa o já conhecido Afonso Anes dos Mosteiros. Este, irmão da Confraria, casado com Catarina Afonso e falecido em 1540, deixou com sua mulher o rendimento das terças⁶ a esta Misericórdia⁷. Mas ainda anteriores a 1540 identificam-se outras doações e testamentos de beneméritos como Catarina Rodrigues⁸ (ou Gonçalves), viúva de Nuno

¹ A D. Diogo Pinheiro, Vigário de Tomar ou da Ordem de Cristo, administradora do *espiritual* das ilhas, em 1514 primeiro Bispo do Funchal, pai do também 1º Bispo de Angra, D. Rodrigo Pinheiro. Rute Dias Gregório – *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, pp. 41-43.

² Documento constante do *Livro I do Tombo da Misericórdia de Ponta Delgada*, fl 6, segundo Urbano de Mendonça Dias – *A assistência pública no distrito de Ponta Delgada: estudo sobre as Casas de beneficiência das ilhas de Santa Maria e São Miguel, do arquipélago dos Açores, desde a sua colonização*. Vila Franca do Campo: imp. Empresa Tipográfica, 1940, pp. 33-34. O documento foi transcrito por Rodrigo Rodrigues – *Extractos dos livros da Misericórdia de Ponta Delgada*, fl. 128-128vº. Manuscrito em preparação para edição digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, pertencente Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues. O último publicou-o em *A assistência e a Misericórdia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de P. Delgada, 1998, pp. 322-323. Separata da revista *Insulana*, LIV.

³ Referenciado por José Damião Rodrigues - *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, p. 176, nt. 119.

⁴ Urbano de Mendonça Dias – *A assistência...*, p. 87.

⁵ *A Margarita Animada*. Comentada e anotada por Nuno A. Pereira e Nuno Moreira. 2ª ed. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1944, p. 61.

⁶ Dos bens adquiridos, cada membro do casal era detentor de metade. De cada metade, cada qual podia dispor livremente da terça parte (terça). *Ordenações Afonsinas*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gukbenkian, 1999, tít. LXXXVII, p. 357. Reprodução fac-simile da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792.

⁷ Excerto transcrito por Rodrigo Rodrigues – *Extractos dos livros da Misericórdia de Ponta Delgada*, fl. 130v. Manuscrito em preparação para edição digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, pertencente Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues. Ver também Urbano de Mendonça Dias – *A assistência...*, p. 90.

⁸ Urbano de Mendonça Dias – *A assistência...*, p. 87.

Gonçalves (1517)⁹; Pedro Vaz o Velho, *marinheiro* (1534); Pero de Teves e sua mulher Catarina de Mesa (1537); Catarina Álvares, mulher de Gonçalo Velho (cédula anterior a 1539); Pedro Afonso da Costa (testamento anterior a 1539); Pedro Álvares o Velho (1539)¹⁰.

Sabemos que, nos Açores, os hospitais de fundação mais recuada no tempo, como os de Vila Franca do Campo, de Angra e da Praia na ilha Terceira, emergem associados às confrarias de Santo Espírito, mais antigas do que as da Misericórdia. Ali apenas em períodos posteriores as confrarias da Misericórdia vieram a integrar os pré-existentes hospitais. A Misericórdia da Praia *nasce* no seio do hospital em 1521¹¹, a de Angra incorporará o hospital de Santo Espírito, quatrocentista, no ano de 1556¹² e na de Vila Franca do Campo o mesmo acontece, talvez no momento da fundação ou pouco tempo depois. Sem se precisar a data no último caso, não deixa de ser sugestivo que também no ano de 1556 a igreja do Espírito Santo seja já a *quasa da santa misericórdia desta villa* [Franca do Campo]¹³.

Em Ponta Delgada, como dizíamos, o hospital ainda não existia em 1504 e a Misericórdia estava já criada em 1513. Baseados nestes informes, e provisoriamente, parece-nos lógico aqui associar a criação do hospital à fundação da Confraria da Misericórdia. Aliás, mercê D. Manuel I, de 28.08.1515, referencia explicitamente *doentes que ha sua casa se vem curar*¹⁴. A cura dos enfermos estava já, pois (em 1515), debaixo da respectiva alçada.

⁹ Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues publica a transcrição abreviada da sua doação em *A assistência...*, pp. 325-326.

¹⁰ Excertos transcritos por Rodrigo Rodrigues – *Extractos dos livros da Misericórdia de Ponta Delgada*, fl. 129v-131, 131v, 132v, 143, 144v. Manuscrito em preparação para edição digital do Instituto Cultural de Ponta Delgada, pertencente Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues. Estes mesmos beneméritos, com extractos dos documentos, são também referenciados por Urbano de Mendonça Dias – *A assistência...*, pp. 85-90.

¹¹ Francisco Ferreira Drummond – *Anais da ilha Terceira*. S.L.: Governo Autónomo dos Açores – Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. I, pp. 523-525. O regimento e privilégios desta confraria da Misericórdia da Praia ainda tiveram que ser confirmados por D. João III, em 21.VI.1523, porque as justiças régias *lhes punham duuidas*. Cf. Manuel, Baptista de Lima – “A introdução do culto do Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitectura religiosa dos séculos XV e XVI”. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. XLVI, 1988, p. 142, nt 48.

¹² O dito *ajuntamento das cazas do hospital e misericórdia* de Angra celebra-se por acordo de 12.04.1556. Cfr. João Afonso - *O hospital de Angra nos séculos XV e XVI: alguns documentos inéditos*. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1970, p. 12.

¹³ João Luís Andrade de Medeiros – *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo: funcionamento e património (das origens a meados do século XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História Insular e Atlântica, séculos XV-XX, apresentada à Universidade dos Açores, 2003, p. 181. Texto policopiado.

¹⁴ *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1981, vol. III, p. 25. Reprodução fac-simile da edição de 1881.

Nesta acção de cuidar dos doentes, da assistência aos pobres em geral, mas também de acompanhamento fúnebre, de visita aos presos e outras, que estudos futuros irão ressaltar e desenvolver, foi-se produzindo e recebendo o corpo documental que hoje faz parte deste arquivo histórico conservado ao longo dos séculos.

Este nasceu e constituiu-se como suporte e produto da administração e da gestão organizacional da Santa Casa. Na concretização dos fins para que fora criada, inúmeros registos formais com valor administrativo, probatório e informacional serviram, *informaram* e fundamentaram as acções da Irmandade e, muito particularmente, as dos seus dirigentes máximos¹⁵. Se o arquivo foi produzido no âmbito das actividades realizadas e no cumprimento da sua missão, também a partir deste corpo documental/informacional, por sua vez, se delinearam as estratégias e tomaram as decisões de governo e a acção da Santa Casa.

É sempre assim que nascem todos os arquivos: no âmbito da gestão e da organização institucional, ou seja, administrativos. Os arquivos tornam-se históricos - ou “definitivos” como a nova corrente da Arquivística gosta de designá-los -, volvido algum tempo, quando a documentação produzida vai então *perdendo* o seu valor administrativo, por vezes até o probatório, para se assumir e reforçar no respectivo papel informativo e de *memória* que é administrativa, cultural, histórica, científica, técnica...

Conscientes desta realidade, os seus dirigentes, com empenhos, iniciativas e sucessos distintos de época para época, permitiram a salvaguarda da documentação até aos nossos dias. Não sem vicissitudes, nem perdas, nem tão pouco sempre esclarecidos sobre o que fazer a tão importante mole documental que não fosse a respectiva acumulação em espaços mais ou menos (im)próprios.

Não obstante, este riquíssimo fundo chegou aos nossos dias e constituiu-se num acervo aberto, dinâmico e em desenvolvimento, que continuará a crescer enquanto esta instituição existir. Hoje há que criar condições para a sua salvaguarda, de molde à respectiva comunicação e para que ele continue a ser o que foi à nascença: fonte de informação e, por isso, procedência do conhecimento.

Paralelamente, há que acautelar as informações/documentos que hoje enquanto instituição estamos a produzir e queremos conservar e deixar para os vindouros. Em

¹⁵ Segundo Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, e como se poderá confirmar na documentação constante do *Tombo 1º* da Misericórdia, os nomes de dois dos seus primeiros provedores são o de Gaspar de Viveiros (1513) e António Borges (1537). Cfr *A assistência...*, p.326.

novos suportes e com novos desafios (muito mais problemáticos do que por vezes se julga), não podemos esquecer que o arquivo *histórico* do futuro, entendido como acervo documental mas não só, está também a nascer na nossa actual produção/recepção documental. Intervir ao nível da produção/recepção significará agilizar procedimentos, apurar sistemas, tornar mais eficaz a administração e a gestão mas é, também, decidir responsável e legalmente o que, de entre aquilo que produzimos em termos informacionais, vamos guardar e como. Não leguemos ao futuro o acúmulo documental (qualquer que seja o suporte) que hoje tentamos debelar, nem comprometamos a informação que é preciso transmitir para assegurar a memória e a continuidade.

O projecto

É neste espírito, pois, que os actuais corpos dirigentes da Santa Casa de 2009 para cá, em particular, têm apostado e investido com empenho na garantia da preservação do seu arquivo histórico. E este é um projecto de equipa, que começa na cúpula e passa por vários irmãos e funcionários desta Casa quem bem mereciam hoje ser nomeados. Mas é também um projecto que tem extravasado a Misericórdia de Ponta Delgada e nos 2 últimos anos lectivos contou com o imprescindível apoio dos Estagiários da Licenciatura de Património Cultural do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Por tal razão, é um projecto que se assume num perfil multiforme, abrangendo componentes científicas e técnicas da Arquivística, mas também pedagógicas e formativas de nível superior. A este nível, assegura a formação e, pelo menos, a sensibilização mínima para a área da Arquivística por parte dos quase licenciados Técnicos de Património Cultural.

Reunimo-nos assim todos à volta da ideia de salvaguarda do nosso património arquivístico, com o objectivo último de permitir a respectiva comunicabilidade, para que toda a informação nele contida se transforme em *saber*, qualquer que venha a ser a forma e/ou função social desse *saber*.

Já por duas vezes tive oportunidade de divulgar publicamente esta acção e objectivo no quadro de duas reuniões científicas no âmbito da Arquivística (a saber, no VII Encontro Regional da de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas “Tempos de mudança”, em Novembro de 2008 e no I Encontro Internacional “Arquivos do Atlântico: Memória, informação e desenvolvimento”, em Maio de 2009), dando da Santa Casa a imagem que esta instituição merece: de zeladora atenta do seu legado e de

entidade na vanguarda das preocupações sociais (a sua missão fundamental) que são também de índole cultural.

Porque no livro que hoje circula já me detive na indicação dos objectivos, fases e indicadores concretizados do projecto, vou ser brevíssima na respectiva apresentação. Queria no entanto deixar aqui alguns ecos das **linhas mestras da 1ª fase de intervenção no arquivo** (que está em curso), tal como dos seus primeiros resultados:

1. Proceder ao levantamento e inventariação de todo o acervo, que encontrámos depositado, na grande maior parte, sem qualquer organização documental visível: nem por séries, tipologias documentais e/ou outras.
Dos contabilizados provisoriamente 956 livros, 1792 maços e 243 pastas temos, neste momento, sumariamente higienizadas e descritas mais de 786 UI que se encontram em fase de confirmação e validação. Nestes resultados que se nos afiguram aparentemente tão escassos temos investidas mais de 1500 h de trabalho e formação.
2. Compreender as orgânicas, funções e valências da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, nos seus quinhentos anos de existência, de molde a procedermos à classificação funcional e/ou orgânica do fundo documental. A documentação tem de ser organizada e classificada espelhando as funções e as orgânicas que lhe deram origem. Ou seja, espelhando aquilo que a instituição tem sido ao longo do tempo. Compilar a informação necessária para o conhecimento mínimo do contexto orgânico, funcional e legal da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, ao longo de cinco séculos de existência, exige naturalmente algum esforço de investigação que ainda está em curso
3. Fruto de tudo isto, em termos técnicos pretende-se:
 - a. Elaborar uma proposta de Plano de Classificação aplicável a todo o Arquivo da Santa Casa
 - b. e Produzir instrumentos de controlo e de pesquisa, com particular ênfase para o catálogo, nomeadamente electrónicos.
4. Em simultâneo, para uma maior visibilidade e indo ao encontro das novas necessidades da Sociedade da Informação, pretendemos criar uma página do Arquivo Histórico na Internet.

5. Para que a salvaguarda do arquivo se garanta no longo prazo, há que, por sua vez.
 - a. Definir e garantir um plano de conservação do fundo
 - b. e Promover a criação das infra-estruturas físicas, materiais e organizacionais adequadas a tal desiderato
6. Como meta final, queremos concretizar uma política de acesso aos documentos. Neste sentido já temos, aprovado pela Mesa Administrativa, um Regulamento Provisório de utilização do arquivo (publicado em anexo ao livro) e até se conseguiu criar um espaço provisório para o decurso das investigações mais urgentes e com base no fundo até ao momento inventariado.

O acervo

Par não prolongar demasiadamente a minha intervenção, fico agora por uma breve alusão final à composição do acervo propriamente dito, em si próprio merecedor de uma apresentação específica, mas que apenas o fim dos trabalhos o poderá concretizar no respeito pela sua integridade e riqueza.

Assim, o fundo da nossa Misericórdia é composto por uma imensidão de documentos soltos e em maços, que estão na grande maioria por desvendar e tratar, e por muitos livros já descritos e controlados. Entre estes detectamos a documentação própria e associada à escrituração definida desde cedo para as Misericórdias Portuguesas.

No caso estão:

1. os livros de compromissos e/ou estatutos, textos outorgados inicialmente pelo Rei, com o Liberalismo da 3ª década de Oitocentos pelos Governadores Civis, com o Estado Novo pelos Ministros do Interior e actualmente pelos Bispos (desde 1979, DL 519-G2/79, de 29 de Dezembro).
2. Por outro, os livros de receita e despesa, livros com designação diversificada ao longo do tempo – livro corrente, livro da santa casa, livro da confraria...,

3. também os livros de assento dos irmãos ou livros da irmandade,
4. os livros de acórdãos/acordos/actas,
5. os livros de assento de enterramentos,
6. os tombos de propriedades, testamentos e bens,
7. e ainda muitas mais tipologias documentais, que o nosso catálogo terá ensejo de divulgar.

Por outro lado, a escrituração e relativa às principais valências desta Santa Casa em particular, como a referente:

- ao Hospital,
- à Escola Médico-cirúrgica,
- à Escola de Enfermagem,
- à Assistência Materno-infantil

resultou na produção de livros e séries específicos desta Santa Casa, reveladores do seu papel incontornável no âmbito da criação dos primeiros serviços comunitários de apoio social, assistencial, sanitário, entre muitos outros.

Quando pugnamos pela defesa deste património informacional, não o fazemos por mera nostalgia do passado. Fazemo-lo porque é nossa responsabilidade conservar e divulgar um acervo tão rico e fazemo-lo porque este património, dizendo-nos de onde procedemos, também nos pode inspirar e substanciar na definição dos rumos do futuro.